

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores do
Serveng Energias Renováveis S/A
Pedra Grande - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Serveng Energias Renováveis S/A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serveng Energias Renováveis S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para causas judiciais

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 13, a controlada Corumbá Concessões S.A. é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, para os quais foi provisionado o montante de R\$ 22.512 mil, em decorrência de sua classificação de risco, em 31 de dezembro de 2022. Dentre as ações judiciais vigentes, destacamos a ação movida pela Saneamento de Goiás S.A. (“Saneago”), que se encontra com decisão judicial proferida, em que estabeleceu o valor de R\$ 18.500 mil como incontroverso, sobre o qual a Corumbá já efetuou o pagamento. Nessa mesma ação da Saneago, a Corumbá discute judicialmente o valor de R\$ 22.229 mil, sobre o qual a constituiu provisão integral, no exercício de 2022. A Corumbá segue aguardando o trânsito em julgado do referido processo. Devido à relevância dos montantes envolvidos e a subjetividade inerente à provisão para causas judiciais, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a realização de testes de confirmação da totalidade dos escritórios de advocacia que são responsáveis pelos processos judiciais e administrativos ; (ii) confirmação de informações junto aos escritórios de advocacia contratados pela Administração, para as causas judiciais em aberto, com destaque para: avaliação do prognóstico de perda, principais dados das causas e o valor atualizado das potenciais perdas estimadas; (iii) entendimento dos controles relacionados à identificação e à constituição de provisões para causas judiciais; (iv) avaliamos a adequação dos requerimentos de divulgação envolvendo o referido tema.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2023.

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares Reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	27	32	1.130	1.662	Fornecedores	10	2.563	2.896	32.422	21.790
Aplicações financeiras	4	61.099	350	175.748	150.863	Financiamentos	11	-	-	28.219	380.929
Contas a receber	5	2.538	2.573	85.233	67.176	Debêntures	11	-	-	45.040	72.108
Partes Relacionadas	12	15.000	-	-	-	Obrigações tributárias		48	65	10.670	12.488
Estoques		-	-	1.135	5.780	Salários e férias a pagar		24	74	1.037	934
Impostos a recuperar	6	203	172	20.230	28.705	Dividendo a pagar	12	21.693	65.870	27.903	73.581
Dividendo a receber	12	23.067	26.660	-	-	Partes relacionadas		-	-	-	-
Despesas antecipadas		-	-	1.666	5.835	Arrendamentos a pagar	9	-	-	6.488	4.957
Outras contas a receber		-	-	1.804	4.601	Outras contas a pagar		-	-	2.085	5.791
		<u>101.934</u>	<u>29.787</u>	<u>286.946</u>	<u>264.622</u>			<u>24.328</u>	<u>68.905</u>	<u>153.864</u>	<u>572.578</u>
Não circulante						Não circulante					
Depósitos judiciais		-	-	399	399	Fornecedores		-	-	-	-
Partes relacionadas	12	44.934	54.713	3.815	-	Financiamentos	11	-	10.433	272.346	302.683
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	180	-	-	Debêntures	11	-	-	367.826	56
Ativo fiscal diferido		10.163	10.642	20.400	21.761	Obrigações tributárias		-	-	808	1.088
Despesas antecipadas		-	-	3.366	4.188	Partes relacionadas		-	-	-	-
Outras contas a receber		-	-	-	9.512	Provisão para demandas judiciais	13	-	-	22.512	24.493
						Passivo fiscal diferido		-	-	-	1
Investimentos	7	719.547	834.132	-	-	Provisão para descomissionamento	9	-	-	8.009	9.741
Imobilizado	8	-	-	1.680.483	1.752.486	Arrendamentos a pagar	9	-	-	83.111	82.126
Intangível		-	28.274	7.243	33.983	Outras contas a pagar		-	-	607	483
		<u>774.644</u>	<u>927.941</u>	<u>1.715.706</u>	<u>1.822.329</u>			<u>-</u>	<u>10.433</u>	<u>755.219</u>	<u>420.671</u>
Total do ativo		<u>876.578</u>	<u>957.728</u>	<u>2.002.652</u>	<u>2.086.951</u>	Patrimônio líquido	14				
						Capital social		643.706	643.706	643.706	643.706
						Reservas de lucros		208.544	234.684	208.544	234.684
								<u>852.250</u>	<u>878.390</u>	<u>852.250</u>	<u>878.390</u>
						Participação de não controladores		-	-	241.319	215.312
								<u>852.250</u>	<u>878.390</u>	<u>1.093.569</u>	<u>1.093.702</u>
						Total do passivo e patrimônio líquido		<u>876.578</u>	<u>957.728</u>	<u>2.002.652</u>	<u>2.086.951</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	15	26.398	26.795	722.859	676.889
(-) Custo dos produtos vendidos	16	(25.496)	(25.668)	(344.861)	(314.362)
(=) Lucro bruto		902	1.127	377.998	362.527
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	16	(806)	(764)	(26.341)	(34.364)
Resultado de equivalência patrimonial	8	119.726	145.455	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	16	(27.904)	(6)	(37.657)	(20.673)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		91.918	145.812	314.000	307.490
Receitas financeiras	17	197	134	26.013	10.981
Despesas financeiras	17	(296)	(1.222)	(109.497)	(77.717)
(=) Resultado financeiro líquido		(99)	(1.088)	(83.484)	(66.736)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		91.819	144.724	230.516	240.754
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	18	-	-	(74.509)	(48.197)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	18	(478)	(478)	(1.361)	(5.968)
(=) Lucro líquido do exercício		91.341	144.246	154.646	186.589
Lucro por ação		0,153	0,242	0,260	0,313
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	91.341	144.246
Acionistas não controladores		-	-	63.305	42.343
		-	-	154.646	186.589

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
(=) Lucro líquido do exercício	91.341	144.246	154.646	186.589
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>91.341</u>	<u>144.246</u>	<u>154.646</u>	<u>186.589</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	91.341	144.246
Acionistas não controladores	-	-	63.305	42.343
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>154.646</u>	<u>186.589</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas (Em milhares Reais)

	Capital social	Reservas		Lucros líquidos/ (prejuízos) acumulados	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total consolidado
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	643.706	8.355	123.331	-	775.392	197.767	973.159
Lucro líquido do exercício	-	-	-	144.246	144.246	42.343	186.589
Reserva legal	-	7.212	-	(7.212)	-	-	-
Dividendos propostos (Nota nº 14c)	-	-	-	(36.061)	(36.061)	-	(36.061)
Dividendos adicional (Nota nº 14c)	-	-	(5.187)	-	(5.187)	-	(5.187)
Reserva de retenção de lucros	-	-	100.973	(100.973)	-	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	(24.800)	(24.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	643.706	15.567	219.117	-	878.390	215.310	1.093.700
Lucro líquido do exercício	-	-	-	91.341	91.341	63.305	154.646
Reserva legal	-	4.567	-	(4.567)	-	-	-
Dividendos propostos (Nota nº 14c)	-	-	-	(21.693)	(21.693)	(37.300)	(58.993)
Dividendos distribuídos (Nota nº 14c)	-	-	(95.788)	-	(95.788)	-	(95.788)
Reserva de retenção de lucros	-	-	65.081	(65.081)	-	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	643.706	20.134	188.410	-	852.250	241.315	1.093.565

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	91.341	144.246	91.341	144.246
Itens que não afetam o caixa operacional				
(-) Lucro não realizado	(1.407)	(1.407)	(1.407)	(1.407)
(-/+) (Reversão)/provisão para demandas judiciais	-	-	(1.981)	21.666
(+) Depreciação	-	-	71.111	70.389
(+) Amortização	-	-	397	396
(+) Juros e variações monetárias	598	1.211	88.479	71.031
(+) Custo Baixa do intangível realizado	28.274	-	32.765	322
(+) Adequação IFRS16	-	-	4.628	754
Participação acionistas não controladores	-	-	26.007	17.545
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	479	477	1.361	5.969
(-) Equivalência patrimonial	(119.726)	(145.453)	-	-
	(441)	(926)	312.701	330.911
Aumento líquido/(redução) nos ativos				
Aplicações financeiras	(60.749)	(350)	(24.885)	(21.354)
Contas a receber	(14.965)	(26)	(18.057)	(17.099)
Estoques	-	-	4.645	(231)
Impostos a recuperar	(31)	599	8.475	(2.722)
Despesas antecipadas	-	-	4.991	3.251
Depósitos judiciais	-	-	-	(315)
Outras contas a receber	-	8	8.494	1.622
Aumento líquido/(redução) nos passivos				
Fornecedores	(333)	36	10.631	(7.301)
Obrigações tributárias	(17)	(584)	(2.098)	6.717
Salários e férias a pagar	(50)	47	104	64
Partes relacionadas	-	-	-	(2.378)
Outras contas a pagar	-	-	(4.263)	(7.780)
Caixa líquido das atividades operacionais	(76.145)	(270)	(11.963)	(47.526)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Partes relacionadas	9.959	5.980	-	-
Dividendos recebidos	139.311	76.445	-	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(4.124)	(3.507)
Redução de capital na controlada	100.000	-	-	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	249.270	82.425	(4.124)	(3.507)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Arrendamentos pagos	-	-	(6.146)	(4.899)
Financiamentos tomados	-	-	450.000	-
Financiamentos pagos	(11.031)	(11.196)	(577.842)	(207.667)
Dividendos pagos	(161.658)	(13.178)	(163.158)	(10.614)
Partes relacionadas	-	(57.353)	-	(57.353)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(172.689)	(81.727)	(297.146)	(280.533)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(5)	(498)	(532)	(655)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	32	530	1.662	2.317
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27	32	1.130	1.662
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(5)	(498)	(532)	(655)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(em milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021	2022	2021
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	27	32	1.130	1.662	Fornecedores	10	2.563	2.896	32.422	21.790
Aplicações financeiras	4	61.099	350	175.748	150.863	Financiamentos e Debêntures	11	-	-	73.529	453.037
Contas a receber	5	2.538	2.573	85.233	67.176	Obrigações tributárias		48	65	10.670	12.488
Partes Relacionadas	12	15.000	-	-	-	Obrigações Trabalhistas		24	74	1.037	934
Estoques		-	-	1.135	5.780	Dividendo a pagar	12	21.693	65.870	27.903	73.581
Impostos a recuperar	6	203	172	20.230	28.705	Arrendamentos a pagar	9	-	-	6.488	4.957
Dividendo a receber	12	23.067	26.660	-	-	Contas a pagar		-	-	2.085	5.791
Despesas antecipadas		-	-	1.666	5.835			24.328	68.905	153.864	572.578
Outras Contas a Receber		-	-	1.804	4.601	Não circulante					
		101.934	29.787	286.946	264.622	Financiamentos e Debêntures	11	-	10.433	640.172	302.739
Não Circulante						Obrigações tributárias		-	-	808	1.088
Outras contas a receber		-	-	3.366	13.700	Provisão para desmobilização	9	-	-	8.009	9.741
Adiantamento para futuro aumento de Capital	12	-	180	-	-	Provisão para demandas judiciais	13	-	-	22.512	24.493
Depósitos Judiciais		-	-	399	399	Arrendamentos a pagar	9	-	-	83.111	82.126
Partes relacionadas	12	44.934	54.713	3.815	-	Contas a pagar		-	-	607	484
Ativo fiscal diferido		10.163	10.642	20.400	21.761			-	10.433	755.219	420.671
Investimentos	7	719.547	834.132	-	-	Patrimônio líquido	14				
Imobilizado	8	-	-	1.680.483	1.752.486	Capital social		643.706	643.706	643.706	643.706
Intangível		-	28.274	7.243	33.983	Reservas de lucros		208.544	234.684	208.544	234.684
		774.644	927.941	1.715.706	1.822.329			852.250	878.390	852.250	878.390
Total do Ativo		876.578	957.728	2.002.652	2.086.951	Participação não controladores		-	-	241.319	215.312
								852.250	878.390	1.093.569	1.093.702
						Total do passivo e patrimônio líquido		876.578	957.728	2.002.652	2.086.951

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações do resultado individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	15	26.398	26.795	722.859	676.889
(-) Custo dos produtos vendidos	16	(25.496)	(25.668)	(344.861)	(314.362)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		902	1.127	377.998	362.527
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	16	(806)	(764)	(26.341)	(34.364)
Resultado de equivalência patrimonial	8	119.726	145.455	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	16	(27.904)	(6)	(37.657)	(20.673)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		91.918	145.812	314.000	307.490
Receitas financeiras	17	197	134	26.013	10.981
Despesas financeiras	17	(296)	(1.222)	(109.497)	(77.717)
(=) Resultado financeiro líquido		(99)	(1.088)	(83.484)	(66.736)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		91.819	144.724	230.516	240.754
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	18	-	-	(74.509)	(48.197)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	18	(478)	(478)	(1.361)	(5.968)
(=) Lucro líquido do exercício		91.341	144.246	154.646	186.589
Lucro líquido por ação		0,153	0,242	0,260	0,313
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		-	-	91.341	144.246
Acionistas não controladores		-	-	63.305	42.343
		-	-	154.646	186.589

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
(=) Lucro líquido do exercício	91.341	144.246	154.646	186.589
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>91.341</u>	<u>144.246</u>	<u>154.646</u>	<u>186.589</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Acionistas controladores	-	-	91.341	144.246
Acionistas não controladores	-	-	63.305	42.343
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>154.646</u>	<u>186.589</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
			Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2020		643.706	8.355	123.331	-	775.392	197.767	973.159
Lucro líquido do exercício		-	-	-	144.246	144.246	42.343	186.589
Distribuição de dividendos	14.c	-	-	(5.187)	-	(5.187)	-	-
Reserva legal	14.b	-	7.212	-	(7.212)	-	-	-
Dividendos propostos	14.c	-	-	-	(36.061)	(36.061)	(24.800)	(60.861)
Reserva de retenção de lucros		-	-	100.973	(100.973)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		643.706	15.567	219.117	-	878.390	215.310	1.093.700
Lucro líquido do exercício		-	-	-	91.341	91.341	63.305	154.646
Distribuição de dividendos	14.c	-	-	(95.788)	-	(95.788)	-	-
Reserva legal	14.b	-	4.567	-	(4.567)	-	-	-
Dividendos propostos	14.c	-	-	-	(21.693)	(21.693)	(37.300)	(58.993)
Reserva de retenção de lucros		-	-	65.081	(65.081)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		643.706	20.134	188.410	-	822.250	241.315	1.093.565

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

SERVENG ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
CNPJ: 11.696.857/0001-04
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
(=) Lucro líquido do exercício		91.341	144.246	91.341	144.246
Itens que não afetam o caixa operacional					
(-) Lucro não realizado		(1.407)	(1.407)	(1.407)	(1.407)
(-/+)(Reversão)/provisão para demandas judiciais		-	-	(1.981)	21.666
(+) Depreciação	8.1	-	-	71.111	70.389
(+) Amortização	8.1	-	-	397	396
(+) Juros e variações monetárias		598	1.211	88.478	71.031
(+) Custo residual de ativo imobilizado baixado	8.1	28.274	-	32.765	322
(+) Adequação IFRS16		-	-	4.628	754
Participação acionistas não controladores		-	-	26.007	17.545
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	18	479	477	1.361	5.969
(-) Equivalência patrimonial	7	(119.726)	(145.453)	-	-
		(441)	(926)	312.701	330.911
Aumento líquido/(redução) nos ativos					
Aplicações financeiras		(60.749)	(350)	(24.885)	(21.354)
Contas a receber		(14.965)	(26)	(18.057)	(17.099)
Estoques		-	-	4.645	(231)
Impostos a recuperar		(31)	599	8.475	(2.722)
Despesas antecipadas		-	-	4.991	3.251
Depósitos judiciais		-	-	-	(315)
Outras contas a receber		-	8	8.494	1.622
Aumento líquido/(redução) nos passivos					
Fornecedores		(333)	36	10.632	(7.301)
Obrigações tributárias		(17)	(584)	(2.098)	6.717
Salários e férias a pagar		(50)	47	104	64
Partes relacionadas		-	-	-	(2.378)
Outras contas a pagar		-	-	(4.263)	(7.780)
Caixa líquido das atividades operacionais		(76.145)	(270)	(11.962)	(47.526)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Partes relacionadas	12	9.959	5.980	-	-
Dividendos recebidos	7	139.311	76.445	-	-
Aquisição de imobilizado	8.1	-	-	(4.124)	(3.507)
Redução de capital na controlada	7	100.000	-	-	-
Caixa líquido das atividades de investimentos		249.270	82.425	(4.124)	(3.507)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Arrendamentos pagos		-	-	(6.146)	(4.899)
Financiamentos tomados		-	-	450.000	-
Financiamentos pagos		(11.031)	(11.196)	(577.842)	(207.667)
Dividendos pagos	14.c	(161.658)	-13.178	(163.158)	(10.614)
Partes relacionadas		-	(57.353)	-	(57.353)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(172.689)	(81.727)	(297.146)	(280.533)
Redução/Aumento líquido de caixa equivalentes de caixa		(5)	(498)	(532)	(655)
'Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		32	530	1.662	2.317
No fim do exercício		27	32	1.130	1.662
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(5)	(498)	(532)	(655)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Serveng Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), atualmente com a sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jose Pereira Jorge, 178, Setor 5, Carandiru, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 29 de janeiro de 2010.

A Companhia tem por objeto social a comercialização de energia elétrica, bem como prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades semelhantes a exercida pela Companhia. Atuando como agente comercializadora, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com o Despacho nº 2.240, de 23 de agosto de 2016, com o início de sua operação em fevereiro de 2018.

As controladas da Companhia têm por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, um complexo de quinze parques localizados nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, com um total de 167 aero geradores, sendo um dos maiores complexo do Brasil com sua potência instalada de 282MV.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 10 de março de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Provisões para desmobilização;
- Provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.6. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.7. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.8. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.10. Arrendamento mercantil

3.10.1. Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.10.2. Como arrendatário

As controladas arrendam imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a controladas reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). As controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

3.10.3. Desmobilização

As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento na qual está determinado que a sua controladas deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção aos terrenos das empresas do grupo, que não há previsão.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.13. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.14. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.15. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.15.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.15.2. Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

3.16.1. Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. Sobre esse tema, a Companhia e suas controladas não consideram impactos significativos nas demonstrações contábeis.

3.16.2. Outras normas

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, a saber:

- Imobilizado – Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);
- Contratos de seguros (IFRS 17).

3.16.3. Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da Serveng Energias Renováveis S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

Empresa	Tipo de controle	Participação acionária - %	
		2022	2021
Corumbá Concessões S.A.	Integral - Direto	47,83	47,83
Ventos Potiguares Comercializadora S.A.	Integral - Direto	100	100
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
SM Geração de Energia Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100	100
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100	100
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral – Indireto	100	100
Campina Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Canto da Ilha Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Energia Potiguar Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Ponta do Vento Leste Geradora S.A.	Integral - Indireto	100	100
Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Torres de Pedra Geradora Eólica S.A.	Integral - Indireto	100	100
Torres de São Miguel Geradora S.A.	Integral - Indireto	100	100

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bancos conta movimento	27	32	1.130	1.662
Aplicações financeiras (a)	61.099	350	175.748	150.863
	<u>61.126</u>	<u>382</u>	<u>176.878</u>	<u>152.525</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,39% a.a. em 2022 (4,42% a.a. em 2021).

5. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contas a receber (a)	2.538	2.573	85.233	67.176
	<u>2.538</u>	<u>2.573</u>	<u>85.233</u>	<u>67.176</u>

- (a) O "Contas a receber" da Companhia refere-se à comercialização de energia eólica, através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS retido na fonte (a)	-	3	2.661	4.468
COFINS retido na fonte (a)	-	19	12.313	20.599
IR retido na fonte (b)	176	86	3.151	846
IRPJ Estimativa (c)	17	6	17	130
CSLL Estimativa (c)	10	5	10	50
IRPJ e CSLL a recuperar (c)	-	53	1.977	2.520
Outros impostos a recuperar			101	92
	<u>203</u>	<u>172</u>	<u>20.230</u>	<u>28.705</u>

- (a) Referem-se a crédito oriundo de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia;
 (b) Créditos relativos a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras;
 (c) Valores correspondente a recolhimento por estimativa.

7. INVESTIMENTO

	Controladora	
	2022	2021
Saldo inicial	834.132	774.375
(-) Redução de Capital (a)	(100.000)	-
(+) Recebimentos de dividendos (b)	(115.068)	(60.445)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial (d)	119.726	145.455
(-) Amortização dos lucros não realizados	1.407	1.407
(-) Dividendos propostos (c)	(20.650)	(26.660)
(=) Total da Movimentação de Investimento	<u>719.547</u>	<u>834.132</u>
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios (c)	24.243	16.000
Dividendos adicional recebidos do exercício (c)	<u>115.068</u>	<u>60.445</u>
Total de Investimento	<u>139.311</u>	<u>76.445</u>

- (a) Em 17 de agosto de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução de capital no montante de R\$100.000 mil, devido a excesso de capital social na sua controladora;
- (b) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$139.311 mil, desse valor R\$115.068 referem se a dividendos adicionais em 2022, e R\$ 24.243 mil referem se a dividendos propostos de 2021 recebidos durante o exercício de 2022;
- (c) Dividendos proposto de conforme estatuto de suas controladas; e
- (d) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Patrimônio Líquido	Lucro não realizado	Participação no Capital	2022	2021	2022	2021
Ventos Potiguar	227.051	(29.881)	100,00%	197.170	342.492	54.530	90.932
Ventos Fortes	301.080	-	100,00%	301.080	294.131	7.143	15.679
Energia Potiguar	79.031	-	0,01%	6	8	1	2
Morro dos Ventos	76.265	-	0,01%	5	8	2	3
Canto da Ilha	39.835	-	0,01%	5	8	1	1
Esquina dos Ventos	46.537	-	0,01%	6	9	2	3
Pontal do Nordeste	49.481	-	0,01%	6	7	1	2
Ilha dos Ventos	37.550	-	0,01%	5	8	1	1
Torres de Pedra	74.969	-	0,01%	5	7	1	2
Ponta do Vento Leste	73.700	-	0,01%	5	8	1	2
Torres de São Miguel	36.260	-	0,01%	5	7	1	2
Campina Potiguar	46.144	-	0,01%	6	8	1	2
Corumbá Concessões	462.560	-	47,83%	221.242	197.431	58.041	38.824
				<u>719.546</u>	<u>834.132</u>	<u>119.726</u>	<u>145.455</u>

8. IMOBILIZADO

	Consolidado	
	2022	2021
Terrenos	509	509
Veículos	319	945
Reservatórios, barragens e adutoras	397.462	407.839
Aerogeradores	1.109.504	1.156.308
Instalações e benfeitorias	31.188	32.536
Equipamentos de informática	524	633
Máquinas e equipamentos	119.956	126.846
Móveis e utensílios	471	802
Direito de uso	53.714	60.786
(-) Lucro não realizado	(33.494)	(34.891)
Imobilizado em andamento	330	173
	<u>1.680.483</u>	<u>1.752.486</u>

As controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Consolidado	Taxa de Depreciação a.a.	2020	Adições/ Baixas e Trasf.	2021	Adições/ Baixas e Trasf.	2022
Custo						
Terrenos		509	-	509	-	509
Veículos		3.250	140	3.390	(160)	3.230
Reservatórios, barragens e adutoras		570.056	(166)	569.890	-	569.890
Aerogeradores		1.413.913	217	1.414.130	166	1.414.296
Instalações e benfeitorias		40.440	2	40.442	-	40.442
Equipamentos de informática		1.488	(252)	1.236	12	1.248
Máquinas e equipamentos		212.736	3.199	215.935	166	216.101
Móveis e utensílios		1.433	167	1.600	29	1.629
Direito de uso		67.108	7	67.115	(7.297)	59.818
(-) Lucro não realizado	-	(32.705)	1.407	(31.298)	1.407	(29.891)
Imobilizado em andamento	-	-	175	175	1.081	1.256
		<u>2.278.228</u>	<u>4.896</u>	<u>2.283.124</u>	<u>(4.596)</u>	<u>2.278.528</u>
Depreciação						
Veículos	3 a 25	(1.854)	(452)	(2.306)	(466)	(2.772)
Reservatórios, barragens e adutoras	3 a 25	(150.758)	138.882	(11.876)	(821)	(12.697)
Aerogeradores	3 a 25	(210.761)	(47.125)	(257.886)	(47.137)	(305.023)
Instalações e benfeitorias	3 a 25	(6.556)	(151.692)	(158.248)	(11.986)	(170.234)
Equipamentos de informática	3 a 25	(439)	(114)	(553)	(122)	(675)
Máquinas e equipamentos	3 a 25	(82.164)	(6.924)	(89.088)	(6.967)	(96.055)
Móveis e utensílios	3 a 25	(641)	70	(571)	(134)	(705)
Direito de uso		(6.322)	(3.788)	(10.110)	226	(9.884)
		<u>(459.495)</u>	<u>(71.143)</u>	<u>(530.638)</u>	<u>(67.407)</u>	<u>(598.045)</u>
		<u>1.818.733</u>	<u>(66.247)</u>	<u>1.752.486</u>	<u>(72.003)</u>	<u>1.680.483</u>

8.1. Movimentação Imobilizado e intangível

	Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial imobilizado	1.752.486	1.818.733
Aquisição	1.981	3.507
Depreciação	(71.111)	(70.389)
Arrendamento	212	-
Baixa/ajuste	(4.491)	(322)
Lucro não realizado	1.407	1.407
(=) Total Imobilizado	<u>1.680.483</u>	<u>1.752.486</u>
Saldo inicial intangível	33.983	34.379
Baixa/ajuste	(28.274)	-
Aquisição	1.931	-
Amortização	(397)	(396)
Total de intangível	<u>7.243</u>	<u>33.983</u>

9. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Suas controladas possuem contratos de outorgas e arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A amortização é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Ativo		
Direito de uso do ativo arrendado	73.428	80.725
Amortização do exercício	(18.555)	(18.384)
Saldo contábil líquido	<u>54.873</u>	<u>62.341</u>
	Consolidado	
	2022	2021
Passivo		
Arrendamento a pagar	9.022	7.200
(-) Juros a apropriar	(2.534)	(2.243)
	<u>6.488</u>	<u>4.957</u>
Arrendamento a pagar	114.102	100.545
(-) Juros a apropriar	(30.991)	(18.419)
Provisão de Desmobilização (a)	8.009	9.741
	<u>91.120</u>	<u>91.867</u>
Saldo contábil líquido	<u>97.608</u>	<u>96.824</u>

Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento de suas controladas.

(a) As controladas possuem contratos de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, deve constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre as outorgasse e os arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com os prazos remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	Consolidado
2023	6.488
2024	6.488
2025	6.488
2026	6.488
2027 em diante	57.159
	<u>83.111</u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

10. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores	2.563	2.896	32.422	21.790
	<u>2.563</u>	<u>2.896</u>	<u>32.422</u>	<u>21.790</u>

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados.

11. FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Abertura do Saldo Contábil				
Financiamento BNDES	-	-	-	352.622
Financiamento BNB (b)	-	-	300.565	320.558
Debêntures (a)	-	-	412.866	72.163
Capital de Giro	-	10.433	-	10.433
Saldo contábil	<u>-</u>	<u>10.433</u>	<u>713.431</u>	<u>755.776</u>
Circulante	-	-	73.259	453.037
Não Circulante	-	10.433	640.172	302.739

- (a) Conforme Fato Relevante divulgado por sua controlada em 31 de dezembro de 2021, foi realizada a distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, composta por 450.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$450.000.000,00, com o consequente cancelamento das debêntures não subscritas ou integralizadas. As debêntures possuem uma remuneração 100% do e CDI + 2,15% a.a., com o vencimento final em 07 de janeiro de 2.032.

Os recursos obtidos com a Emissão foram recebidos em janeiro de 2022 e usados para liquidação de certas dívidas das suas controladas junto ao BNDES, recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

A escritura das Debentures está garantida pelo grupo de alienações fiduciárias da totalidade de ações das controladas, equipamentos e suas receitas proveniente da venda de energia elétrica. Essas debentures possuem indicador financeiro (covenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (EBITDA – Imposto de Renda e Contribuição social) / (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses). O cálculo consequentemente da manutenção do índice conforme definido em contrato, deve começar a ser efetuado a partir da data de início da emissão, sendo calculado pelas informações consolidadas na Ventos Potiguares Comercializadora de Energia. S.A.

Em janeiro de 2022, o cálculo da informação passou a ser efetuado sobre as informações consolidadas alterando a metodologia no contrato de financiamento que utilizava as informações combinadas, conforme o cálculo demonstrado a seguir:

Descrição	Consolidado/Combinado	
	2022	2021
(+) Lucro bruto	133.059	129.808
(-) Despesas administrativas e gerais	(4.239)	(5.885)
(+) Despesas não operacionais	9.893	-
(+) Depreciação e amortização	29.150	29.246
(+/-) Outras receitas/(despesas) líquidas	(10.049)	224
(=) EBITDA	157.814	153.396
(-) imposto de Renda e Contribuição social – corrente	(8.663)	(7.253)
(A) Geração de caixa da atividade	149.150	146.144
(B) Serviço da dívida	95.606	68.215
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida	1,560	2,142

(b) As Controladas firmaram o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R\$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035.

Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos. O contrato contém cláusulas restritas que requerem a manutenção de índices financeiros (covenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (Saldo inicial de caixa + Geração de caixa da atividade)/ (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses), com parâmetros preestabelecidos com base nas demonstrações financeiras das Controladas, conforme demonstrado a seguir:

	2022			2021		
	Ventos Santo Antônio	Forte Canto de Baixo	Ventos do Canto de Baixo	Ventos Santo Antônio	Forte Canto de Baixo	Ventos do Canto de Baixo
Saldo de Caixa	3.650	9.558	4.961	1.682	8.681	1.583
(=) EBITDA	9.433	15.204	10.849	9.516	19.976	12.169
(-) Provisão de imposto de renda e Contribuição Social	(844)	(1.132)	(930)	(635)	(1.009)	(686)
(-) Investimentos realizados	(653)	(776)	(182)	-	-	-
(-) Distribuição de capital	(313)	(481)	(472)	-	-	-
(+/-) Aportes e resgates contas reservas do SD e O&M	-	-	-	(491)	(2.053)	(539)
Geração de caixa da atividade	7.623	12.815	9.265	8.390	16.914	10.944
Serviço da dívida	6.926	10.002	7.536	7.002	9.737	7.597
Índice de cobertura do serviço da dívida	1,63	2,24	1,89	1,48	2,63	1,65

12. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Contas a Receber (ativo)			
	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ventos Potiguaras (a)	15.000	-	-	-
Ventos Fortes (b)	-	180	-	-
Parques Eólico – UV1 à UV10 (c)	-	-	3.815	-
	<u>15.000</u>	<u>180</u>	<u>3.815</u>	<u>-</u>

(a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a redução de capital nota 7;

(b) Valores correspondente a operações comerciais, onde suas controladas são geradoras e a Companhia comercializa.

(c) As controladas firmaram contrato com a GE Power e Water Equip de manutenção “full”, incluindo trocas de peças nos parques eólicos. Devido as controladas possuírem um estoque de peças, foi firmado no mesmo contrato que a GE Power e Water Equip, assumiria esse estoque de peças para utilização na manutenção e após o encerramento do contato ressarcirá as controladas pelo valor correspondente. O contrato tem um prazo de 10 anos, com isso o montante do valor a receber foi reclassificado para contas a receber não circulante.

Descrição	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ventos Potiguaras	13.633	22.733	-	-	-	-
Corumbá	5.318	-	-	-	6.210	7.711
Ventos Fortes	4.113	3.919	-	-	-	-
Parques Eólico – UV1 à UV10	3	8	-	-	-	-
Soares Penido	-	-	21.602	65.870	21.602	65.870
Outros acionistas	-	-	91	-	91	-
	<u>23.067</u>	<u>26.660</u>	<u>21.693</u>	<u>65.870</u>	<u>27.903</u>	<u>73.581</u>

Descrição	Mútuo/ contas a Receber (ativo não circulante)		Mútuo/ contas a pagar (passivo não circulante)			
	Controladora (a)		Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ventos Fortes	44.934	54.713	-	-	-	-
	<u>44.934</u>	<u>54.713</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a mútuo com suas controladas, não havendo incidência de juros;

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

13. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS

As Provisões compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos. Caso não seja provável que exista uma obrigação presente ou não seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação, está-se diante de um passivo contingente, e não de uma provisão.

Descrição	Consolidado	
	2022	2021
Saneago (i)	22.229	22.229
IBAMA	-	1.904
Desapropriação	228	40
Outros	55	320
	<u>22.512</u>	<u>24.493</u>

(i) SANEAGO

Ação de cobrança movida por SANEAMENTO DE GOIÁS S/A – SANEAGO em desfavor da Companhia, distribuída em 16 de novembro de 2006, cujo pleito principal visava o ressarcimento/indenização de uma estação de captação de água bruta situada originalmente no Rio Corumbá e submersa pelo enchimento do lago da UHE Corumbá IV.

SANEAGO sustenta que os prejuízos devidos pela Companhia eram de R\$ 24.021 mil, orçado em outubro de 2006.

13.1. Ações das controladas possíveis

13.1.1. Ações ambientais

A Controlada é parte em ações de natureza ambiental, as quais têm como objeto, via de regra, discussões relativas a exigência feita pelo IDEMA no processo administrativo de licenciamento ambiental, cuja execução está sob responsabilidade da Companhia. Atualmente, a Controlada discute nesta ação judicial ambiental o valor de R\$30mil em 31 de dezembro de 2022.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

13.1.2. Ações cíveis

A Controlada é parte em ação de natureza cível através do polo passível, as quais têm como objeto, via de regra, discussões relativas a indenização por danos morais, cuja execução está sob responsabilidade da Serveng Civilsan S.A. . Atualmente, a Controlada discute nesta ação judicial cível o valor de R\$1.800mil em 31 de dezembro de 2022.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

13.1.3. Ações anulatórias

A Companhia é parte em ações anulatórias de cobrança da taxa de alvará de localização e licenciamento de funcionamento do exercício de 2019 e 2020, questionando a ausência de proporcionalidade na alteração da base de cálculo da taxa. Atualmente o montante perfaz no valor de respectivamente de R\$315mil para 2019 e R\$315mil para 2020 em 31 de dezembro de 2022.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$643.706 mil em 31 de dezembro de 2022, está representado por 595.879 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R\$20.134mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$15.567mil em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Saldo inicial	15.567	8.355
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	4.567	7.212
	<u>20.134</u>	<u>15.567</u>

(c) Dividendos mínimo

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, os dividendos mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	91.341	144.246
Constituição da reserva legal (5%)	(4.567)	(7.212)
Base de Cálculo dos dividendos	86.774	137.034
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(21.693)	(36.061)
	<u>65.081</u>	<u>100.973</u>

(d) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$188.409 (R\$219.117 em 2021).

15. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	2022	2021	Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas				
Venda de energia	29.089	29.526	771.687	723.095
Impostos sobre faturamento	(2.691)	(2.731)	(48.828)	(46.206)
Receita líquida	<u>26.398</u>	<u>26.795</u>	<u>722.859</u>	<u>676.889</u>

As receitas das controladas são reconhecidas por competência, pela comercialização das suas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

16. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

Classificação por Natureza	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depreciação e amortização	-	-	(71.508)	(71.538)
Custo do produto vendido	(26.371)	(26.736)	(171.996)	(166.009)
Serviços de terceiros	(512)	(418)	(32.872)	(60.594)
Arrendamento de terra	(31)	-	3.248	-
Despesas com pessoal	(716)	(556)	(20.717)	(14.020)
Despesas com serviços	-	-	(378)	(13.773)
Despesas tributárias	(14)	(50)	(972)	(1.608)
Centro de serviços compartilhados	-	-	(1.423)	(1.322)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(9.893)	-
Outros (ii)	(26.562)	1.322	(102.348)	(40.535)
	<u>(54.206)</u>	<u>(26.438)</u>	<u>(408.859)</u>	<u>(369.399)</u>

Classificação por Função	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas administrativas (i)	(806)	(764)	(26.341)	(314.362)
Custo do produto vendido	(25.496)	(25.668)	(344.861)	(34.364)
Custo com mão de obra	(27.904)	(6)	(37.657)	(20.673)
	<u>(54.206)</u>	<u>(26.438)</u>	<u>(408.859)</u>	<u>(369.399)</u>

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

(ii) 90% do saldo corresponde a realização do ágio.

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	197	134	25.929	8.231
Descontos obtidos	-	-	84	2.750
	<u>197</u>	<u>134</u>	<u>26.013</u>	<u>10.981</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(84.903)	(68.683)
Juros sobre arrendamento	-	-	(4.714)	(2.348)
Despesas bancárias	(3)	-	(133)	(151)
Juros incorridos	(290)	(1.217)	(10.323)	(1.217)
Outros	(3)	(5)	(9.424)	(5.318)
	<u>(296)</u>	<u>(1.222)</u>	<u>(109.497)</u>	<u>(77.717)</u>
Total	<u>(99)</u>	<u>(1.088)</u>	<u>(83.484)</u>	<u>(66.736)</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

	Consolidado	
	2022	2021
Imposto de Renda		
Receita bruta	341.899	317.210
Alíquota	8%	8%
	<u>27.352</u>	<u>25.377</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	9.754	8.132
Base de cálculo	<u>37.076</u>	<u>33.509</u>
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(5.566)	(5.026)
Adicional federal de 10%	(3.396)	(2.980)
Imposto apurado	<u>(8.962)</u>	<u>(8.006)</u>
Contribuição social		
Receita bruta	341.899	317.210
Alíquota	12%	12%
	<u>41.028</u>	<u>38.065</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	9.754	8.132
Base de cálculo	<u>50.782</u>	<u>46.197</u>
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	<u>(4.570)</u>	<u>(4.158)</u>
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u><u>(13.532)</u></u>	<u><u>(12.164)</u></u>
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	351.653	325.342
Imposto calculado (IR/CS)	<u>(13.532)</u>	<u>(12.164)</u>
	<u>3,85%</u>	<u>3,74%</u>
LUCRO REAL		
IR e CS correntes		
Lucro antes do IR e da CSLL	<u>183.463</u>	<u>122.691</u>
IR e CSLL - calculado à alíquota de 34%	<u><u>(62.377)</u></u>	<u><u>(41.175)</u></u>
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSLL		
Despesas indedutíveis	(206)	(25)
Reversão/ Provisão para riscos e passivos contingentes	677	907
Prejuízo fiscal compensado no exercício	-	5.800
Outras Adições/exclusões permanentes	930	(1.000)
IR e CSLL corrente	<u><u>(60.976)</u></u>	<u><u>(35.493)</u></u>
IR e CS diferido		
Resultado Fiscal do exercício	-	23.000
Provisão para riscos e passivos contingentes	1.990	(2.000)
Apropriação lucro não realizado nos imobilizados	2.014	1.407
Outras Adições/exclusões permanentes	-	(2.039)
Base de Cálculo IR diferido	<u><u>4.004</u></u>	<u><u>20.368</u></u>
Alíquota combinada de IR e CS de 34%	(1.361)	(5.968)
IR e CSLL diferido	<u><u>(1.361)</u></u>	<u><u>(5.968)</u></u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

19.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

19.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	32.422	-	-
Financiamentos e debentures	73.259	146.519	493.653

19.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

19.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição máxima é de R\$263.915 no consolidado e R\$78.664 na controladora (R\$224.302 no consolidado e R\$2.955 na controladora em 2021) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

19.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

19.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações contábeis:

Consolidado	Valor contábil		Valor justo	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.130	1.662	1.130	1.662
Aplicações financeiras	175.748	150.863	175.748	150.863
Contas a receber	85.233	67.176	85.233	67.176
Outras contas a receber	1.804	4.601	1.804	4.601
Total	263.915	224.302	263.915	224.302
Passivos financeiros				
Fornecedores	32.553	21.921	32.553	21.921
Financiamentos e Debêntures	713.431	755.777	713.431	755.777
Outras contas a pagar	38.614	42.876	38.614	42.876
Total	784.598	820.574	784.598	820.574

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

Consolidado	2022		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.130	-	-
Aplicações financeiras	-	175.748	-
Contas a receber	85.233	-	-
Outras contas a receber	1.804	-	-
Total	88.167	175.748	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	32.553
Financiamentos e Debêntures	-	-	713.431
Outras contas a pagar	-	-	38.614
Total	-	-	784.598

Consolidado	2021		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1.662	-	-
Aplicações financeiras	-	150.863	-
Contas a receber	67.176	-	-
Outras contas a receber	4.601	-	-
Total	73.439	150.863	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	21.921
Financiamentos e Debêntures	-	-	755.777
Outras contas a pagar	-	-	42.876
Total	-	-	820.574

19.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

19.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,39% (4,42% em 2021) para o CDI e 7,20% (5,32% em 2021) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	25.929	12,39%	3.213	4.016	4.820	2.410	1.607
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	84.903	7,20%	(6.113)	(7.641)	(9.170)	(4.585)	(3.057)
Resultado financeiro			<u>(2.900)</u>	<u>(3.625)</u>	<u>(4.350)</u>	<u>(2.145)</u>	<u>(1.450)</u>

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição em 2010, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não se beneficiaram tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.